

Congresso tem 76 projetos sobre saúde em tramitação

BRASÍLIA (O GLOBO) — Setenta e seis projetos de lei sobre saúde estão em tramitação no Congresso Nacional, 16 dos quais já passaram por todas as comissões e aguardam inclusão na ordem do dia. Mas, com a aproximação do recesso parlamentar, nenhum será apreciado este ano, em plenário, estando todos automaticamente transferidos para o exercício de 1981.

Regulamentação do comércio de lentes de contato, restrições à propaganda e venda de cigarros sem um alerta de nocividade à saúde, precauções e advertências nas embalagens de produtos tóxicos ou de limpeza, proibição da venda de sangue e hemoderivados, e disciplinamento de prazos de estabilidade para o trabalhador que retorna ao emprego depois de longa licença para tratamento de saúde — são esses os temas que mais vêm preocupando os deputados e senadores.

31 PROJETOS

Só durante o exercício de 1980, 31 projetos sobre saúde foram apresentados, estando apenas dois prontos para serem incluídos na ordem do dia. Os demais estão em apreciação nas comissões do Senado ou da Câmara, ou sendo estudados por algum parlamentar que pediu vista. Fontes do Congresso calculam em dois anos a média de tempo de tramitação de um projeto sobre saúde. Lembram que os temas sociais levam mais tempo para serem apreciados do que os projetos de cunho econômico.

Um dos projetos que vem suscitando grande polêmica é o de autoria do senador Jaison Barreto, instituindo o seguro-saúde estatal, universal e compulsório para todos os segurados da Previdência Social e seus dependentes. O projeto é de junho de 1979, foi distribuído para as comissões, mas ainda não saiu das mãos de seu relator, senador Almir Pinto. Em sua justificativa, o autor do projeto ressalta que o seguro visa a cobrir a diferença entre os honorários reais, co-

brados por médicos, dentistas e hospitais e os irrealizáveis pagos pela Previdência Social.

SEGURO-SAÚDE

Segundo o projeto, o seguro-saúde será custeado por recurso do Fundo de Seguro-Saúde, constituído por receita proveniente de acréscimo na contribuição de empregados que custeiam o regime da Previdência Social, limitado a um teto de um por cento da contribuição atual.

Para evitar abusos ou excessiva sobrecarga em contas de hospital, o seguro-saúde não abrangerá a assistência médica, odontológica ou hospitalar que ultrapassar o período de 90 dias a partir do diagnóstico. Fontes do Ministério da Saúde opinam que, com a implementação do Prev-Saúde, que dará atendimento básico gratuito a todos os brasileiros a partir de 1981, o projeto ficará ultrapassado.

COMÉRCIO DE SANGUE

Outro projeto de lei bastante abrangente e ambicioso, regulamentando o comércio e distribuição de sangue e hemoderivados, em tramitação no Legislativo desde 1976, também ficará desatualizado quando entrar em vigor o Pró-Sangue, projeto do Ministério da Saúde proibindo a remuneração por doação de sangue, que terá que ser exclusivamente voluntária. O projeto, do senador Nelson Carneiro, foi apresentado em abril de 1976 e já percorreu as Comissões de Saúde e de Finanças, mas, ainda não está pronto para o plenário.

Paralelamente, tramitam mais três projetos de lei sobre sangue, mas, nenhum chegou a plenário. Segundo fontes do Congresso, a tramitação longa dos projetos leva à sua obsolescência, sendo superados, muitas vezes, por iniciativas semelhantes partidas do Executivo.

CIGARRO

O tema mais constante nos projetos de lei sobre saúde, em tramitação no Congresso, diz respeito à propaganda e venda de cigarros. Há neste momento sete projetos, todos pedindo restrições à propaganda pelo rádio e televisão, tarjas de advertência sobre os perigos do fumo nas embalagens de cigarros. O mais original, projeto do deputado José de Castro Coimbra, advoga o uso da expressão "Fumar faz mal à saúde" em todos os blocos de receitas dos médicos do setor público e privado do País.

Em sua justificativa, o deputado afirma que "estando, como é do conhecimento de todos, em mãos de multinacionais, a indústria de cigarros, a força destes grupos econômicos tem frustrado as várias iniciativas de coibir o uso do fumo no Brasil através de advertências aos fumantes e cerceamento da propaganda. Assim, julgamos caber aos médicos, como guardiães da saúde alertar, em cada receita que redigem, para os perigos do fumo".

MULTINACIONAIS

A preocupação com as multinacionais está presente, também, em cinco projetos-de-lei diferentes, dos quais quatro apresentados em 1980, vedam o setor de saúde à atuação e presença das multinacionais, na prestação de serviços. Em sua justificativa, o deputado Lázaro de Carvalho afirma: "a Federação Nacional dos Médicos instituiu o movimento cívico contra as multinacionais da área de saúde, mostrando, claramente, a extensão do poderio destas empresas que interferem em nossos destinos, manifestando esse poder no terreno político como na área econômica. E esta situação anômala que pretendemos corrigir, defendendo o profissional brasileiro, quando a cada dia se torna mais fechado o mercado de trabalho. Diante disso, somos contra as multinacionais na prestação de serviços que os brasileiros podem muito bem executar".